



## CONVITE DE CONCURSO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

**CONVITE Nº ALT20-64-2021-01**

**Reforçar a capacidade de atores e redes para a promoção de  
ações de desenvolvimento territorial**

**CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL NAS PARCERIAS TERRITORIAIS E  
SETORIAIS**

**(DLBC RURAIS e DLBC COSTEIRAS)**

**DOMINIO TEMÁTICO DA COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO**

# ALENTEJO

# 2020

PROGRAMA OPERACIONAL  
REGIONAL DO ALENTEJO

Versão	Data	Descrição	Destinatários
<b>V.1.0</b>	04-01-2021	Abertura do Aviso	Internos e externos
<b>V.1.1</b>	30-03-2021	Abertura do Aviso	Internos e externos

### Sumário de alterações

Versão	Registo de alterações
<b>V.1.1</b>	Prorrogação da data de fecho para 6-4-2021

Programa Operacional Regional do Alentejo – Alentejo 2020		
<b>Eixo Prioritário</b>	<b>9</b>	<b>Capacitação Institucional e Modernização Administrativa</b>
<b>Objetivo Temático</b>	<b>11</b>	Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da Administração Pública
<b>Prioridade de Investimento</b>	<b>11.2</b>	Criação de capacidades para todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, incluindo através do estabelecimento de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local
<b>Objetivo Específico</b>	<b>11.2.1</b>	Reforçar a capacidade de atores e redes para a promoção de ações de desenvolvimento territorial
<b>Indicador de Realização</b>	Ações de sensibilização/informação realizadas – n.º	
<b>Indicador de Resultado</b>	Instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados - n.º	
<b>Tipologia de Intervenção</b>	<b>64</b>	Capacitação institucional nas parcerias territoriais e setoriais
<b>Tipologia de Operação</b>	Projetos inovadores e iniciativas piloto de boas práticas de redes de atores institucionais, incluindo os que visem o reforço das capacidades de cooperação internacional das instituições regionais.	
<b>Fundo Estrutural</b>	Fundo Social Europeu (FSE)	
<b>Período de Candidaturas</b>	<b>Data de abertura</b>	<b>Dia útil seguinte ao da publicação do presente convite</b>
	<b>Data de termo</b>	<b>60 dias úteis após a data de abertura, até às 18H00</b>

# **Reforçar a capacidade de atores e redes para a promoção de ações de desenvolvimento territorial**

## **CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL NAS PARCERIAS TERRITORIAIS E SETORIAIS**

**(DLBC RURAIS e DLBC COSTEIRAS)**

### **PREÂMBULO**

A operacionalização do instrumento Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) na Região Alentejo, materializa-se nas Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL), concebidas e executadas pelos Grupos de Ação Local.

Os apoios do Programa Operacional Regional do Alentejo destinados ao instrumento DLBC envolvem a mobilização de FEDER e FSE e estão focados na procura de novas respostas para problemas de pobreza e exclusão em territórios desfavorecidos, de natureza rural ou costeira, através da dinamização e diversificação das economias locais.

Na Região Alentejo foram assinados contratos com 12 Grupos de Ação Local (11 de natureza rural e 1 de natureza costeira) para a implementação das respetivas EDL. Se a maior parte dos GAL tem experiência com a anterior iniciativa LEADER (seja na vertente rural, seja na vertente costeira), nesta fase de implementação foram criados diversos novos GAL. Além disso, a introdução do formato plurifundo nos DLBC, com o envolvimento do ALENTEJO 2020, através do FEDER e do FSE, veio acrescentar uma nova dimensão na ação dos GAL.

Tendo em conta que a prioridade de investimento (PI) 11.2 se destina ao reforço de capacidades dos agentes que operam em diferentes domínios relevantes para o desenvolvimento da região, nomeadamente o emprego, importa assegurar que as associações de desenvolvimento local e de base rural que lideram os Grupos de Ação Local estão devidamente capacitadas para contribuir para a estratégia de desenvolvimento regional e enfrentar os novos desafios que a implementação do instrumento DLBC envolve.

Assim, o presente convite foi elaborado nos termos do Regulamento Geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelos Decretos-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, n.º 88/2018, de 6 de novembro, n.º 127/2019, de 29 de agosto e n.º 10-L/2020, de 26 de março com vista a proporcionar a oportunidade de reforço do trabalho de cooperação e em rede, através de projetos que fomentem a articulação de nível regional e sub-regional, e de desenvolvimento

de competências ajustadas ao papel de cada entidade, tendo em vista potenciar o seu contributo para o desenvolvimento regional.

Tendo em consideração que não existe regulamentação específica aplicável às intervenções da Prioridade de Investimento 11.2 do Eixo Prioritário 9 do Programa Operacional, destinada ao reforço da capacidade de atores e redes para a promoção de ações de desenvolvimento territorial, em tudo o que for omissivo no presente convite aplicar-se-á o disposto no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

O presente convite estabelece as condições de atribuição dos apoios a conceder no âmbito dos fundos europeus estruturais e de investimento (FEEL), através do Fundo Social Europeu (FSE), nos termos previstos no n.º 7 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua redação atual.

Este convite para apresentação de candidaturas encontra-se divulgado através do Portal Portugal 2020 ([www.portugal2020.pt](http://www.portugal2020.pt)) e estipula o seguinte:

## 1. OBJETIVOS E PRIORIDADES VISADAS

A apresentação de candidaturas no âmbito do presente convite tem como objetivo reforçar a capacidade de atores para a promoção de ações de desenvolvimento territorial e a consolidação de redes de cooperação estratégica.

A prioridade de investimento (PI) visada é a 11.2 “Reforço de capacidades junto de todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, incluindo através do estabelecimento de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local” incluída no Objetivo Temático 11 - “Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração pública”, do eixo 9 - “Reforçar a Capacitação Institucional das Entidades Regionais” do ALENTEJO2020, a apoiar com recurso ao Fundo Social Europeu (FSE).

O objetivo específico prosseguido visa “Reforçar a capacidade de atores para a promoção de ações de desenvolvimento territorial e a consolidação de redes de cooperação estratégica”.

## 2. TIPOLOGIA DAS OPERAÇÕES

No âmbito do presente convite, são suscetíveis de cofinanciamento pelo Fundo Social Europeu (FSE) as tipologias de operações cujas ações a desenvolver sejam enquadradas no âmbito de projetos inovadores e iniciativas piloto de boas práticas de redes de atores institucionais, incluindo os que visem o reforço das capacidades de cooperação internacional das instituições regionais tendo em vista potenciar o seu contributo para o desenvolvimento regional, designadamente:

- elaboração de diagnósticos e relatórios para identificação e caracterização de necessidades de intervenção no território;
- conceção e adaptação de metodologias de intervenção de base comunitária para abordagem às problemáticas identificadas;
- desenvolvimento de guias metodológicos para intervenção de base comunitária;
- realização de ações de capacitação dos técnicos e das organizações públicas e privadas com responsabilidade nas intervenções de base comunitária;
- elaboração e implementação de modelos de avaliação para monitorização das ações e dos resultados das intervenções de base comunitária;

O presente Convite abrange apenas as ações que se iniciem a partir de 1 de janeiro de 2021.

### **3. NATUREZA DOS BENEFICIÁRIOS**

São beneficiários dos apoios previstos no presente Convite, enquanto parceiros regionais:

- Os GAL com EDL reconhecida no âmbito do ALENTEJO 2020.

### **4. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DOS BENEFICIÁRIOS**

Os beneficiários devem cumprir os critérios de elegibilidade previstos no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, e ter em atenção os impedimentos e condicionantes constantes do artigo 14.º do mesmo diploma.

### **5. ÁREA GEOGRÁFICA DE APLICAÇÃO**

O presente Convite tem aplicação na NUTS II Alentejo.

## **6. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DAS OPERAÇÕES**

No âmbito do presente Convite, as operações devem obedecer aos seguintes critérios de elegibilidade:

- a) Ser objeto de uma caracterização técnica e de um orçamento suficientemente detalhados e fundamentados, com uma estrutura de custos adequada aos objetivos visados, e incluir indicadores de realização e de resultado que permitam avaliar o grau de execução da operação, progressos realizados e contributo para as metas do Programa Operacional Regional;
- b) Garantir a sustentabilidade da intervenção após a cessação do apoio através da apresentação de um plano que identifique a incorporação dos seus resultados nas atividades do beneficiário;
- c) Cumprir as orientações e normas técnicas aplicáveis à tipologia de operação, tal como definidas pelas entidades competentes.
- d) Ter uma duração máxima de 36 meses, devendo a sua conclusão ocorrer, até 30 de junho de 2023, salvo se outra disposição vier a ser definida em sede de regras de encerramento do PT 2020.

## **7. REGRAS E LIMITES À ELEGIBILIDADE DE DESPESA**

### **7.1. DESPESAS ELEGÍVEIS**

No âmbito do presente Convite, são elegíveis os seguintes tipos de despesas:

- a) Aquisição de serviços a terceiros, incluindo assistência técnica e consultoria, quando demonstrada inequivocamente a sua necessidade para a operação;
- b) Outras ações imateriais tais como: estudos, diagnósticos, planos de desenvolvimento organizacional, modelos metodológicos e relatórios;
- c) Despesas com pessoal técnico do beneficiário dedicado às atividades da operação. O grau de imputação de pessoal técnico à operação será avaliado em função da sua pertinência para as atividades a concretizar;
- d) Despesas com formação necessária aos recursos humanos dos GAL para o exercício das suas funções.

## 7.2. DESPESAS NÃO ELEGÍVEIS

Não são consideradas elegíveis as despesas referidas no artigo 17.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação.

## 7.3. REGRAS E CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE

Nos termos do n.º 1 do artigo 10.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação, o período de elegibilidade das despesas está compreendido entre os 60 dias úteis anteriores à apresentação da candidatura e os 45 dias úteis subsequentes à data de conclusão da operação que constituem a data limite para a apresentação do saldo final, em conformidade com a alínea d) do n.º 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

## 8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS CANDIDATURAS

A metodologia de cálculo para seleção das candidaturas é baseada no indicador de Mérito da Operação (MO), determinado pela seguinte fórmula:

$$MO = 0,4 \times A + 0,6 \times B$$

em que:

A = Qualidade do projeto;

B = Impacto do projeto;

Conjuntamente com o presente Convite é disponibilizado o Referencial de Análise do Mérito da Operação. As pontuações dos critérios são atribuídas numa escala compreendida entre 1 e 5, sendo o resultado do MO arredondado à centésima.

Para efeitos de seleção, consideram-se elegíveis as operações que obtenham uma pontuação final de MO igual ou superior a 3,00 e as seguintes pontuações mínimas nos critérios:

- Critério A - 3,00 pontos
- Critério B - 3,00 pontos

A seleção das candidaturas é efetuada até ao limite orçamental definido no presente Convite, sem prejuízo do referido limite poder ser reforçado por decisão da Autoridade de Gestão.



## 9. TAXA DE FINANCIAMENTO DAS DESPESAS ELEGÍVEIS

A taxa de financiamento FSE a conceder às operações aprovadas no âmbito do presente concurso é de 85%, além da contribuição pública nacional (15%).

## 10. FORMA DOS APOIOS

Os apoios a conceder no âmbito deste Convite revestem a forma não reembolsável, sendo o financiamento baseado no reembolso das despesas elegíveis efetivamente realizadas e pagas pelos beneficiários.

Os apoios a conceder às candidaturas a aprovar revestirão a modalidade de reembolso de custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos, nos termos previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

As operações cujo financiamento público não exceda 50 000,00€, e que não sejam executadas exclusivamente com recurso a um procedimento de contratação pública, são obrigatoriamente apoiadas em regime de custos simplificados, no caso na modalidade de montantes fixos, ao abrigo do previsto na alínea d) do número 2 do artigo 7.º do citado diploma, com recurso a um orçamento prévio, dispensando-se a apresentação de documentos comprovativos de despesa.

Neste caso, atendendo a que os custos elegíveis no âmbito das operações são calculados com base num orçamento prévio, considera-se, para este efeito, os montantes totais inscritos no formulário de candidatura.

Eventuais receitas das operações financiadas serão deduzidas ao subsídio concedido, nos termos estabelecidos na regulamentação aplicável.

## 11. APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS

A apresentação de candidaturas é efetuada através de formulário eletrónico no Balcão 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Balcao2020/>).

Para apresentar a candidatura é indispensável que o tenha efetuado registo e autenticação no Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada na qual o beneficiário poderá contar com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza do projeto, a Região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se.

Nessa área reservada o beneficiário deve confirmar e completar os seus dados de caracterização de entidade que serão usados nas suas candidaturas ao Portugal 2020.

A candidatura deve contemplar uma nota justificativa que permita ao beneficiário enquadrar o projeto na aplicação dos critérios de seleção, bem como as evidências relacionadas com elementos necessários à verificação das condições de análise do seu mérito.

Quando aplicável, a candidatura deve incluir lista global dos contratos que, nos termos do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, se encontram sujeitos aos procedimentos de contratação pública, da qual devem constar os seguintes elementos: n.º do procedimento ou código de identificação do procedimento; tipo de procedimento; designação do contrato; data de lançamento do procedimento; data de adjudicação; NIF e denominação do fornecedor; data de assinatura do contrato e valor total do contrato (com e sem IVA). O formato dos documentos permitido é .rar ou .zip e o tamanho máximo por documento é 5MB.

A apresentação das candidaturas decorre entre o primeiro dia útil seguinte ao da publicação do presente convite e as 18H00 do sexagésimo dia útil após a data de abertura.

Recomenda-se que os beneficiários evitem a submissão tardia das candidaturas, nomeadamente no último ou nos últimos dias do prazo.

## **12. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E DECISÃO DE CANDIDATURAS**

As candidaturas são analisadas e selecionadas de acordo com os critérios de elegibilidade e os critérios de seleção previstos no presente Convite.

A decisão fundamentada sobre o financiamento a atribuir às candidaturas é proferida pela Autoridade de Gestão (AG) no prazo de 60 dias úteis, a contar da data de encerramento do Convite.

O prazo referido suspende-se quando sejam solicitados ao candidato quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer por uma vez. A não apresentação pelo candidato, no prazo de 10 dias úteis, dos esclarecimentos, informações ou documentos solicitados, determina a análise da candidatura apenas com os elementos disponíveis.

Os candidatos são ouvidos no procedimento de audiência prévia, nos termos legais, sendo concedido um prazo máximo de 10 dias úteis para apresentar eventuais alegações em contrário, contados a partir da data da notificação da proposta de decisão, designadamente quanto à eventual intenção de indeferimento e aos respetivos fundamentos.

As propostas de decisão das candidaturas, relativamente às quais tenham sido apresentadas alegações em contrário, são reapreciadas sendo proferida a respetiva decisão final no prazo máximo de 40 dias úteis, a contar da data da apresentação da alegação (a referida reapreciação inclui análise, decisão e nova audiência prévia, se aplicável).

A decisão é notificada pela AG ao beneficiário no prazo de 5 dias úteis, a contar da data da sua emissão.

### 13. ACEITAÇÃO DA DECISÃO

A aceitação da decisão da concessão do apoio é feita mediante a assinatura do termo de aceitação.

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, na sua atual redação, a decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da sua notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável ao candidato e aceite pela AG.

### 14. DOTAÇÃO INDICATIVA DO FUNDO A CONCEDER

A dotação do Fundo Social Europeu afeta ao presente Convite é de **2.730.827€** (dois milhões, setecentos e trinta mil oitocentos e vinte e sete euros), podendo a mesma ser reforçada pela Autoridade de Gestão.

GAL	Dotação indicativa
ADER-AL	337 226,61 €
ADL (Rural+Costeiro)	433 298,70 €
ALENTEJO XXI	197 470,28 €
APRODER	187 584,44 €
CHARNECA	229 174,56 €
ESDIME	310 661,75 €
LEADERSOR	148 035,71 €
MONTE	357 572,25 €
ROTA DO GUADIANA	236 729,18 €
TERRAS DENTRO	243 522,26 €
T B GUADIANA	49 551,81 €
<b>TOTAL</b>	<b>2 730 827,56 €</b>

## 15. IDENTIFICAÇÃO DOS INDICADORES DE RESULTADO E DE REALIZAÇÃO A ALCANÇAR

As operações a financiar no presente concurso devem contribuir para os seguintes indicadores do PO, de acordo com as características da operação:

Indicadores		Unidade	Meta
Indicadores de Realização	Ações de sensibilização/informação realizadas	Nº	1)
Indicadores de Resultado	Instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	Nº	1)

1) A definir pelo promotor em sede de candidatura

Serão objeto de contratualização e monitorização os resultados previstos pelo beneficiário e aceites pela Autoridade de Gestão em sede de decisão. Para efeitos de coerência dos resultados propostos, o beneficiário deverá apresentar em fase de candidatura o valor base de referência do indicador, quando aplicável, a metodologia de cálculo, bem como o valor da meta que se propõe atingir.

## 16. DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS E PONTOS DE CONTACTO

No portal Portugal 2020 ([www.portugal2020.pt](http://www.portugal2020.pt)), os candidatos, têm acesso a:

- a) Outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadradora;
- b) Suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o concurso,
- c) Pontos de contacto para obter informações adicionais;
- d) Resultados deste concurso.

29 de dezembro de 2020

Presidente da Comissão Diretiva Alentejo 2020  
António Ceia da Silva